

Requerimento N.º de 2011

(Do Deputado Jean Wyllys)

Requer à CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realização de (1) audiência pública na Câmara dos Deputados para apurar denúncias sobre desaparecimento de crianças nos KMs 32 e 34, na Região metropolitana do Rio de Janeiro; e de (2) diligência da CPI no mesmo local das denúncias.

Sra. Presidenta:

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realização de (1) audiência pública na Câmara dos Deputados para apurar denúncias sobre desaparecimento de crianças nos KMs 32 e 34 (BR 465), na Região metropolitana do Rio de Janeiro; e de (2) diligência da CPI no mesmo local das denúncias, conforme justificação que ora apresento:

JUSTIFICATIVA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instaurada no dia 03 de abril de 2012 depois da veiculação de denúncias e matérias sobre turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

O KM 32 e 34 da BR 465 (antiga RJ-SP), região metropolitana do Rio de Janeiro, é uma área que carece de condições básicas de saneamento, segurança pública e infraestrutura urbana. Inúmeras são as reivindicações da comunidade, dentre elas, a transformação da BR em “via arterial”, com sinalização, a retomada das obras de saneamento e a intervenção do município para liberação do RioCard. O descaso do Estado nessa área reflete em falta de perspectivas e, principalmente, na vulnerabilidade dos jovens.

Há alguns anos, inúmeras crianças desapareceram na região. A comunidade se queixa da falta de policiamento, nas áreas próximas às escolas públicas

da região como um das causas da crescente insegurança. Segundo dados da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), 23 crianças foram mortas e/ou desaparecidas na Baixada Fluminense nos últimos seis anos. No entanto, não existem dados oficiais sobre o paradeiro das crianças, mas a comunidade acredita que elas podem ter sido sequestradas para tráfico de órgãos ou exploração sexual.

E novembro de 2009, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro realizou audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. O resultado da audiência foi a formação de um Grupo de Trabalho (GT) que reuniria parlamentares, famílias de crianças desaparecidas, Ministério Público e autoridades policiais com o objetivo de encontrar soluções que impedissem o desaparecimento de crianças, tornando eficaz a investigação da polícia. Passados três anos da criação do GT, os moradores dos KMs 32 e 34 ainda reclamam que, em nenhum momento, foram informados sobre os supostos desdobramentos do GT, nem mesmo se o Grupo de Trabalho foi instalado.

A comunidade organiza manifestações periódicas para protestar contra o descaso da Polícia, do Ministério Público e dos deputados estaduais. Até hoje, nenhuma autoridade pública tomou providências efetivas sobre o caso. É inaceitável tamanha indiferença frente a um problema tão grave.

Antônio Oliveira de Andrade, coordenador do Sindsprev Comunitário dos KMs 32 e 34, Maria de Margarida Ellenbogen Pressburger, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Janira Rocha, Deputada Estadual PSOL-RJ e Indianara Siqueira (Sérgio Alves Siqueira) são pessoas que lidam com o problema do desaparecimento das crianças dos KM 32 e 34. A presença dessas pessoas na audiência pública para o compartilhamento das informações e das experiências das mesmas é indispensável ao efetivo trabalho que a CPI de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pretende realizar.

Além disso, é indispensável apurar com mais eficácia os dados do desaparecimento de crianças, do destino real das mesmas e das quadrilhas de sequestradores. Importante também será resgatar o GT criado em 2009 e dar seguimento aos trabalhos.

É nessa perspectiva que a realização (1) audiência pública na Câmara dos Deputados para apurar denúncias sobre desaparecimento de crianças nos KMs 32 e 34 (BR 465), na Região metropolitana do Rio de Janeiro; e de (2) diligência da CPI no mesmo local das denúncias, para apuração dos fatos, se tornam indispensáveis para tomar as providências cabíveis.

Assim, espero apoio dos nobres Deputados para aprovação desse Requerimento.

Sala das Comissões, em de maio de 2012.



Jean Wyllys

Deputado Federal PSOL/RJ